

Funcionários públicos a mais?

Ou a mentira que nem por muito repetida passa a verdade!

Ouvimos hoje mais uma vez, numa rádio, que vamos ter uma entrevista no fim de semana, de um "ilustre" economista que nos últimos tempos tem aparecido, aqui e além, a vender a ideia, que até já pôs em livro, que Portugal tem 200 mil trabalhadores a mais na Administração Pública.

E a boa solução para a economia portuguesa seria mandar estes trabalhadores para casa com uma indemnização adequada, presumimos que à semelhança do que têm vindo a fazer a generalidade dos Bancos e Seguradoras, que têm transferido parte desses encargos para o Estado.

E para que a solução pudesse ser financeiramente sustentável o Banco de Portugal venderia o ouro que ainda sobra! Como é que é possível uma mentira assumir contornos de verdade em muitos órgãos de comunicação social, só porque é amiúde repetida?

Mas então, quem o afirma não tem de provar?

Quais são os interesses em jogo que levam a que esta mentira venha a ser repetida com tanta frequência nos últimos anos? Para que conste e para que a mentira não fique isolada há que dar visibilidade à verdade.

E se tivermos em conta as Estatísticas da População Activa, 2005, OCDE e Eurostat s/ Bélgica e Holanda temos na **Administração Pública, Defesa (s/ Forças Armadas), Segurança Social Obrigatória mais Educação mais Saúde e Acção Social** os seguintes trabalhadores em percentagem do emprego total:

Paises	1998 (%)	2004 (%)
Portugal	15,5	17,9
Alemanha	23,2	24,0
França	24,7	24,6
Bélgica	28,0	28,8
Espanha	16,9	17,2
Finlândia	25,5	26,4
Grécia	17,7	20,6
Itália	20,7	19,2
Luxemburgo	15,6	16,0
Holanda	26,7	25,9
Áustria	19,7	20,9
Irlanda	18,1	20,6
Dinamarca	29,3	30,4
Suécia	31,9	33,3
Reino Unido	24,2	27,4
Rep. Checa	17,1	19,2
Hungria	20,4	22,0
Polónia	19,0	19,8
Eslováquia	20,9	21,4

Como é que é possível pessoas que tinham obrigação de estar bem informados aparecerem repetidamente a afirmar o que sabem não ser verdade?

É certo que podemos sempre dizer que os trabalhadores são muitos ou poucas face ao que pretendemos da Administração Pública.

Mas não é disso que habitualmente se trata.

O que está em causa é afirmar-se que em termos europeus, considerado o número de trabalhadores em idênticas funções noutros países, são muitos.

E isso é redondamente falso.

Mas, outra questão conexa com esta tem a ver com a febre que invadiu o nosso País de mandar para a aposentação trabalhadores que têm entre 50 e 60 anos, como têm vindo fazer Bancos e Companhias de Seguros, por ex.

Sendo que em muitos casos esses trabalhadores são substituídos por outros mais jovens.

Só que, em termos gerais, o número de aposentado tem crescido para além do normal atirando para o não-trabalho quem ainda tinha muito a dar.

E a economia portuguesa tem estado, na prática, estagnada ou em recessão.

Mas o problema agrava-se quando vemos o Governo afinar pelo mesmo diapasão.

E, conseqüentemente, eleger a Administração Pública, com a redução do número de trabalhadores como a solução milagrosa para o défice.

Esquecendo-se todos, como o "estúpido" de um anúncio recente, que o problema está no desenvolvimento económico e na correlativa produção.

Daí o espantarmo-nos com um País, o nosso, que aposta numa Banca com lucros superiores aos dos bancos europeus e uma intermediação comercial com lucros fabulosos, que explora o pouco que se produz e quem compra tudo o resto que se importa.

A produção nacional, à míngua de incentivos e canais de escoamento, esvai-se levando à aposta nos grandes negócios da importação e assim vamos empobrecendo alegremente.

Basta ver quem é quem nos "negócios" e que até aparece a falar de cátedra sobre, imagine-se... a Administração Pública!

Como é que politicamente chegámos aqui e nos sentamos a assistir "calmamente" a este caminhar, ao que parece, para uma aniquilação total sem, ao menos, aprendermos com o que se passa à nossa volta?

Como é que parece estarmos a assistir - impávidos e serenos - a este destruir de Portugal e dos Portugueses?

Pela nossa parte não nos calamos e recusamos pensamentos únicos, sejam eles de bonzos iluminados ou de quem quer vender livros.

Em anexo, para quem quer saber, um documento com um ponto de situação sobre o emprego público vs população activa.

LISBOA, 2006-01-27

A DIRECÇÃO

EMPREGO PÚBLICO DIMINUI NA EDUCAÇÃO E AUMENTA NAS FORÇAS ARMADAS E NAS AUTARQUIAS LOCAIS

Emprego Público perde peso no Total do Emprego e na População Activa

Em Portugal, o emprego público tem vindo a perder peso no Total do Emprego e na população activa. Este situou-se em 14,4% e em 13,4%, respectivamente, em 2004 (14,9% e 14,3%, respectivamente, em 2000).

QUADRO 1- Evolução do emprego Público em Portugal, em milhares

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total Emprego	4.843,8	4.910,4	5.020,9	5.111,7	5.137,3	5.118,0	5.122,8
Total Desemprego	251,9	225,8	205,5	213,6	270,5	342,3	365,0
Pop. Activa	5.095,7	5.136,2	5.226,4	5.325,2	5.407,8	5.460,3	5.487,8
Nº Func. Públicos	681,169	709,167	747,449	771,285	778,782	778,357	737,355
Peso Nº Func. Públ. no Emprego	14,1%	14,4%	14,9%	15,1%	15,2%	15,2%	14,4%
Peso Nº Func. Públ. na Pop. Activa	13,4%	13,8%	14,3%	14,5%	14,4%	14,3%	13,4%

Fontes:

CGA e INE.

Como se pode observar no Quadro 2, os efectivos públicos da Administração Central representavam 10,4% do Total do Emprego em 2004 (10,5% em 2003), onde mais de 80% destes pertencem aos Ministérios da Educação, Saúde, Defesa Nacional, Administração Interna e Ensino Superior.

QUADRO 2 - Efectivos da Administração Central em Portugal (por ordem decrescente)

	2003			2004			2005	
	Nº	% do Total AP	% Total AC	Nº	% do Total AP	% Total AC	Nº	% Total AC
Ministérios								
Educação	211259	27,1%	39,3%	207775	28,2%	38,8%	214263	40,1%
Docentes	(153833)			(152371)			(157421)	
Saúde	81395	10,5%	15,1%	83073	11,3%	15,5%	84326	15,8%
SNS	:			(80160)			(80901)	
Defesa Nacional	57781	7,4%	10,7%	59405	8,1%	11,1%	53667	10,0%
Militares em regime contrato e voluntariado	(11312)			(23270)			(22581)	
Administração Interna	55644	7,1%	10,3%	55270	7,5%	10,3%	52730	9,9%
PSP+GNR	(53294)			(52619)			(48995)	
Ciência e Ensino Superior	38934	5,0%	7,2%	40313	5,5%	7,5%	39578	7,4%
Professores	(20761)			(21246)			(21468)	
Justiça	26271	3,4%	4,9%	26929	3,7%	5,0%	27355	5,1%
Finanças e Administração Pública	17258	2,2%	3,2%	17006	2,3%	3,2%	16946	3,2%
Economia + Trabalho e Solidariedade Social	14668	1,9%	2,7%	12758	1,7%	2,4%	13885	2,6%
Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	13598	1,7%	2,5%	12649	1,7%	2,4%	12154	2,3%
Obras Públicas, Transp., Comunic.	9707	1,2%	1,8%	7856	1,1%	1,5%	8028	1,5%
Ambiente, Ordenam. Territ. e Desenvolv. Reg.								
Encargos Gerais da Nação	3942	0,5%	0,7%	4621	0,6%	0,9%	4254	0,8%
Negócios Estrangeiros	3507	0,5%	0,7%	3478	0,5%	0,7%	3813	0,7%
Cultura	3752	0,5%	0,7%	3696	0,5%	0,7%	3625	0,7%
Total Efectivos da Administração Central	537716	69,1%	100,0%	534829	72,5%	100,0%	534624	100,0%
Autarquias Locais + Regiões Autónomas + E.P. e Soc. Anónimas	240641	30,9%		202526	27,5%			
Subscritores da Caixa Geral de Aposentações (AP)	778357	100,0%		737355	100,0%			

Fontes: Relatórios do OE 2004, 2005 e 2006 (nº efectivos da AC em Julho de 2003, 2004 e 2005) e CGA.

() desagregação dos efectivos de alguns Ministérios.

Emprego na AP, Defesa, Seg. Social Obrigatória; Educação e Saúde em Portugal representa um dos mais baixos da Europa

Em Portugal, o emprego nos 3 ramos de actividade (Administração Pública, Defesa, Seg. Social Obrigatória, excl. Forças Armadas; Educação e Saúde) pesava 17,9% no Total do Emprego em 2004, sendo um dos mais baixos da Europa. Só a Espanha e o Luxemburgo é que possuem ambos um volume de emprego abaixo do português, como se pode verificar no Quadro 3. A Suécia, Dinamarca, Bélgica, Reino Unido e Finlândia figuram entre as economias com um maior peso do emprego nos 3 ramos de actividade, salientando-se o peso do emprego da Saúde particularmente elevado nos Países Nórdicos e da Educação também alto nos Países do Norte da Europa, Reino Unido, Bélgica e nalgumas economias que aderiram à UE em Maio de 2004, como Hungria, Polónia e Eslováquia.

QUADRO 3 - População Empregada por Ramos de Actividade em Portugal e na Europa, em 2004 (Em % Total do Emprego)

Países	(A) Administração Pública, Defesa* e Segurança Social Obrigatória	(B) Educação	(C) Saúde e Acção Social	(D) = soma (A) a (C) Total dos 3 Ramos de Actividade
Portugal	5,8% (5,4%)	6,0% (5,9%)	6,1% (4,3%)	17,9% (15,5%)
Alemanha	7,1% (7,9%)	5,7% (5,5%)	11,1% (9,8%)	24,0% (23,2%)
França	8,4% (8,4%)	6,7% (7,1%)	9,4% (9,1%)	24,6% (24,7%)
Bélgica	9,8% (9,7%)	7,9% (8,2%)	11,0% (10%)	28,8% (28%)
Espanha	5,8% (5,8%)	5,6% (5,9%)	5,7% (5,3%)	17,2% (16,9%)
Finlândia	4,5% (4,6%)	7,2% (6,9%)	14,7% (14%)	26,4% (25,5%)
Grécia	8,2% (7%)	7,3% (6,1%)	5,1% (4,6%)	20,6% (17,7%)
Itália	5,3% (7,6%)	7,2% (6,9%)	6,7% (6,2%)	19,2% (20,7%)
Luxemburgo	5,0% (5,2%)	4,5% (4,3%)	6,5% (6,2%)	16,0% (15,6%)
Holanda	6,4% (6,6%)	5,5% (6,3%)	14,1% (13,9%)	25,9% (26,7%)
Áustria	6,5% (5,8%)	5,6% (5,9%)	8,7% (8%)	20,9% (19,7%)
Irlanda	4,6% (4,2%)	6,4% (6,2%)	9,6% (7,6%)	20,6% (18,1%)
Dinamarca	4,9% (5,0%)	7,8% (7,2%)	17,7% (17%)	30,4% (29,3%)
Suécia	5,8% (5,2%)	11,2% (7,4%)	16,2% (19,4%)	33,3% (31,9%)
Reino Unido	6,3% (5,4%)	9,1% (7,7%)	12,0% (11,2%)	27,4% (24,2%)
República Checa	6,4% (5,7%)	5,9% (5,9%)	6,9% (5,5%)	19,2% (17,1%)
Hungria	6,5% (5,7%)	8,5% (8,3%)	6,9% (6,4%)	22,0% (20,4%)
Polónia	6,2% (5,2%)	7,6% (6,9%)	5,9% (6,9%)	19,8% (19%)
Eslováquia	7,0% (6,9%)	7,4% (7,4%)	7,1% (6,6%)	21,4% (20,9%)

Fontes: Statistiques de la Population Active, 2005, OCDE. Eurostat p/ Bélgica e Holanda. * Exclui Forças Armadas.
() - valor de 1998, com excepção da Polónia que é de 1999.

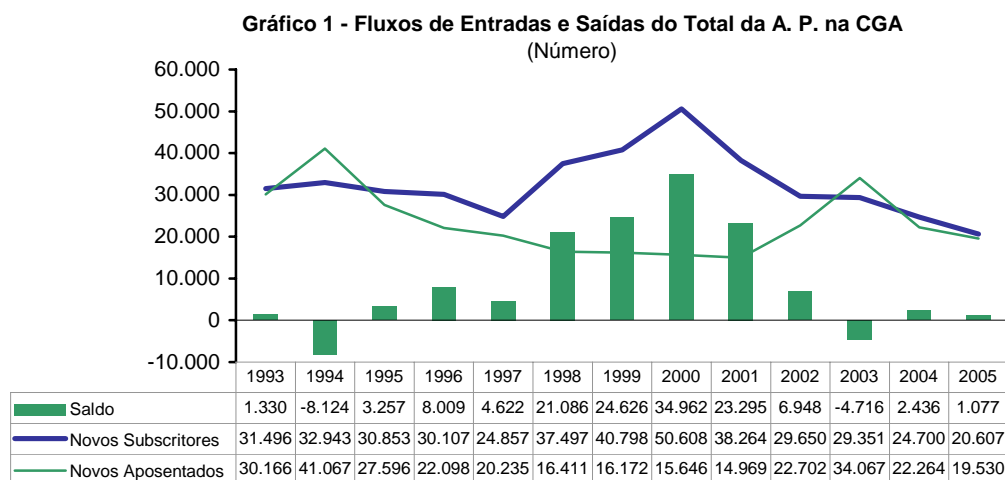
Em Portugal, o emprego dos 3 ramos de actividade (coluna D) aumentou 2,4 p.p. em 2004 face a 1998, abaixo do reino Unido (+3,1 p.p.), Grécia (+2,9 p.p.) e Irlanda (+2,6 p.p.). Para esta situação contribuiu o crescimento registado no emprego da Saúde em Portugal (coluna C) em 1,8 p.p., mesmo assim abaixo da evolução na Irlanda (+2 p.p.).

O peso do emprego da Educação em Portugal (coluna B) pouco se alterou em 2004 em relação a 1998, contrariamente ao acréscimo verificado na Suécia (+3,8 p.p.); Reino Unido (+1,5 p.p.); Grécia (+1,3 p.p.); Polónia face a 1999 (+0,7 p.p.) e Dinamarca (+0,6 p.p.).

O peso do emprego da AP, Defesa e Seg. Soc. Obrig. em Portugal (coluna A) situou-se em 2004 bastante abaixo do valor registado na Bélgica, França, Grécia, Alemanha e Eslováquia. Face a 1998, o acréscimo verificado em Portugal foi de 0,4 p.p., tendo ficado abaixo da Grécia (+1,2 p.p.); Polónia face a 1999 (+1 p.p.); Reino Unido e Hungria (+0,9 p.p.); Áustria e Rep. Checa (+0,7 p.p.) e Suécia (+0,6 p.p.).

Número de novas admissões na Administração Pública atingiu em 2005 o valor mais baixo dos últimos 13 anos

O aumento do emprego na AP (de 1 077 trabalhadores em 2005) abrandou face ao registado no ano precedente e, foi de certa forma falseado dada a recusa pelo Governo de muitos pedidos de aposentação dos trabalhadores (cerca de 48 000), evitando uma diminuição do saldo entre fluxos de entradas e saídas. O número de novas admissões na AP tem vindo a diminuir, tendo atingido em 2005 o valor mais baixo dos últimos 13 anos (20 607).



Fonte: CGA.

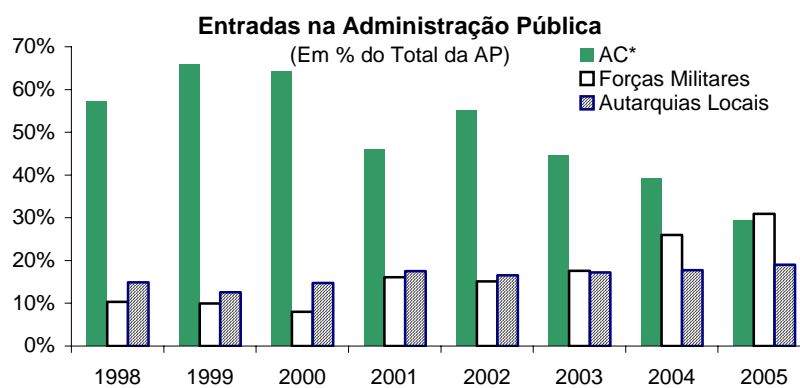
À semelhança do que tem sucedido ultimamente, as entradas de funcionários da Administração Central têm vindo a diminuir, enquanto o peso de novos subscritores na CGA provenientes das Forças Militares e das Autarquias Locais registou um aumento significativo.

Entradas de Forças Militares na AP ultrapassaram as da Administração Central (excl. Forças Militares e de Segurança), devido à diminuição do número de entradas no Ministério da Educação

As Entradas de Forças Militares na AP (6 374) representaram 31% do Total da AP em 2005 (Gráfico 2 e Quadro 4), tendo o peso duplicado face a 2002 e ultrapassado o número de entradas de funcionários da Administração Central (excl. Forças Militares e de Segurança) - 6 068 -, representando apenas 29% do Total em 2005 (55% em 2002). A diminuição de entradas de funcionários na Administração Central foi sobretudo causada pela redução do nº de entradas no Ministério da Educação (3 064), menos de metade do que em 2004 (6 532), passando a representar 15% do Total da AP em 2005 (26% em 2004).

Entraram 3 920 trabalhadores nas Autarquias Locais em 2005, apesar de se ter verificado algum abrandamento face aos anos 2003 e 2004, o seu peso no Total da AP tem vindo a aumentar, situando-se em 19% em 2005 (16,5% em 2002).

Gráfico 2



Fonte: CGA. * Excluindo Forças Militares e Forças de Segurança.

QUADRO 4 - Fluxos de Entradas na Administração Pública (Em % do Total da AP)

	2005	2004	2003	2002
Educação	14,9%	26,4%	23,5%	35,1%
Saúde	8,4%	6,2%	14,2%	12,5%
Ciência e Ensino Superior	3,8%	4,1%	3,2%	2,1%
Justiça	1,1%	0,9%	2,6%	3,0%
Total da Administração Central*	29,4%	39,2%	44,6%	55,0%
Forças Militares	30,9%	25,9%	17,6%	15,1%
Forças de Segurança	3,4%	2,8%	5,6%	1,6%
Autarquias Locais	19,0%	17,8%	17,2%	16,5%
TOTAL da Administração Pública	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

*Excluindo Forças Militares e Forças de Segurança. Fonte: CGA.

Emprego público na Administração Central (excl. Forças Militares e de Segurança) reduziu-se em 4 000 trabalhadores em 2005

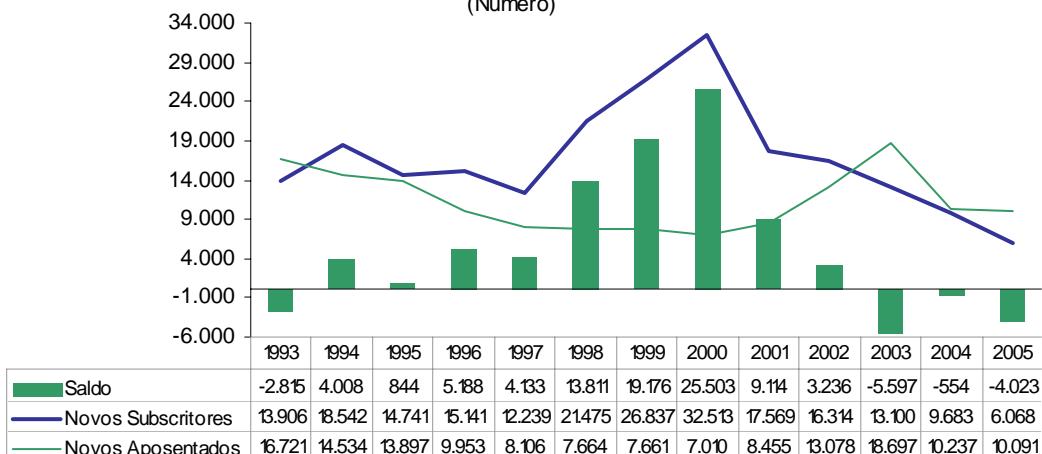
Na Administração Central (excl. Forças Militares e Segurança) o emprego público reduziu-se em 4 000 trabalhadores em 2005 (-500 em 2004), com destaque para a forte diminuição do nº de funcionários nos Ministérios da Educação, Trabalho e Solidariedade, Justiça e Agricultura.

Quadro 5 - Administração Central - Fluxos (2005) (Número)

Ministérios	Novos Subscritores	Novos Aposentados	Saldo
Educação	3064	4915	-1851
Saúde	1736	1520	216
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	788	487	301
Justiça	223	832	-609
Trabalho e Solidariedade Social	52	936	-884
Finanças e Administ. Pública	89	431	-342
Defesa Nacional (civis)	3	44	-41
Ambiente, Orden. Territ. e Desenv. Reg.	9	115	-106
Agricultura, Desenv. Rural e Pescas	7	359	-352
Economia e Inovação	7	109	-102
Ass. Rep./Cons. Min.	26	103	-77
Obras Públicas, Transp. e Comunic.	0	73	-73
Adm. Interna (civis)	35	57	-22
Negócios Estrangeiros	29	52	-23
Cultura	0	58	-58
TOTAL Admin. Central	6068	10091	-4023

Excluindo Forças Militares e Forças de Segurança. Fonte: CGA.

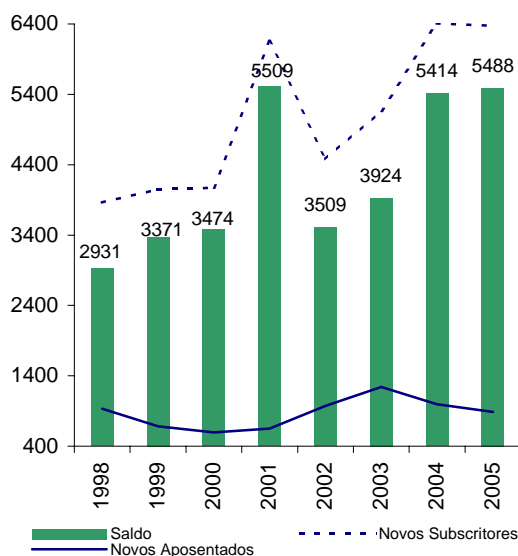
Gráfico 3 - Fluxos de Entradas e Saídas da AC na CGA
(Número)



Fonte: CGA. Exclui as Forças Militares e de Segurança.

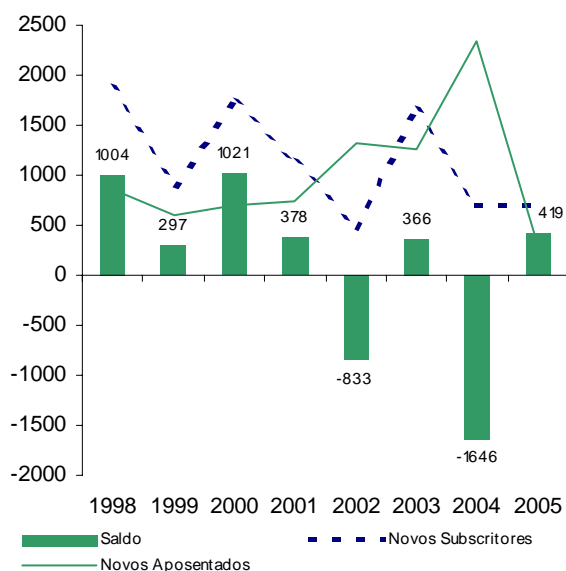
Entre 2003 e 2005, em termos acumulados, registou-se uma diminuição de 10 174 trabalhadores na Administração Central (excl. Forças Militares e de Segurança) e 900 funcionários nas Forças de Segurança, enquanto se assistiu a um aumento de 15 mil militares e 5 mil trabalhadores nas Autarquias Locais.

Gráfico 4 - Fluxos de Entradas e Saídas de Forças Militares
(Número)

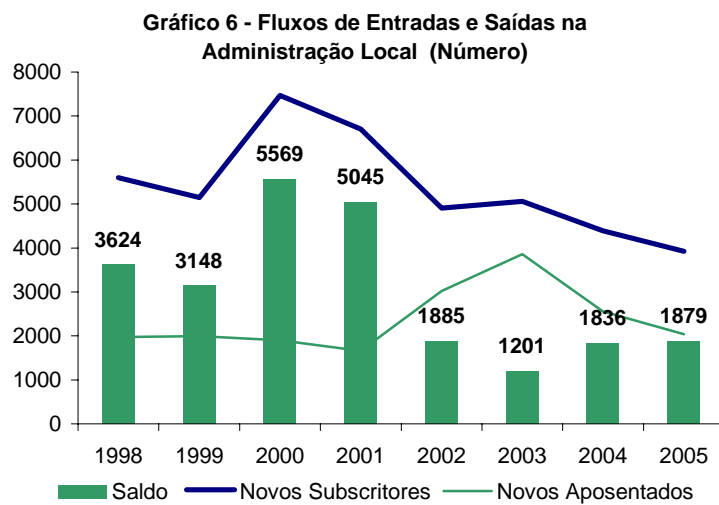


Fonte: CGA.

Gráfico 5 - Fluxos de Entradas e Saídas de Forças de Segurança
(Número)



Fonte: CGA.



Fonte: CGA.

Lisboa, 27 de Janeiro de 2006